

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.608.276 - PE (2016/0162405-7)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
RECORRENTE : UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
RECORRENTE : SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS
UNIVERSIDADES FEDERAIS DE PERNAMBUCO
ADVOGADO : CLETO ARLINDO DA COSTA ALBUQUERQUE E
OUTRO(S) - PE014568
RECORRIDO : OS MESMOS

DECISÃO

Trata-se de recurso especial adesivo manejado pelo **Sindicato dos Trbalhadores das Universidades Federais de Pernambuco - SINTUFEPE** com fundamento no art. 105, III, *a* da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado (fls. 525/526):

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. DEVOLUÇÃO DE PSS. INATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL. CONTADORIA DO JUÍZO. EXCESSO. PRESCRIÇÃO. EXIGIBILIDADE DO TÍTULO EXECUTIVO. LIMITAÇÃO.

1. Executa-se a devolução da contribuição do PSS incidente sobre os proventos dos inativos entre a data da concessão da liminar, em mandado de segurança, e a data da cessação do recolhimento indevido, com base na MP nº 1.463/96.

2. Não há afronta às Súmulas nº 269 e 271 do Colendo STF a propositura de execução nos autos de ação mandamental onde se busca o ressarcimento de valores descontados entre a impetração e o cumprimento da sentença proferida nos autos do mandamus. Nada impede a execução dos valores descontados a título de contribuição para o PSS entre a data impetração e a data de sua cessação.

3. A Universidade embargante tem legitimidade para figurar no polo passivo da demanda uma vez que possui competência para proceder aos comandos de pagamento de salários e benefícios previdenciários de seus servidores, visto ser autarquia federal dotada de personalidade jurídica própria, distinta da União Federal.

4. In casu, a decisão que reconheceu o direito dos apelantes a não sofrerem o desconto da denominada contribuição para o Plano de Seguridade Social - PSS em seus ve ci tos, proferida nos autos de mandado de segurança nº 96.011046-8, transitou em julgado em data do dia 21/03/2000, conforme aduzido na certidão de fls. 41, tendo o sindicato substituto promovido a execução coletiva daquele decism em data do dia 09/11/2001,

Superior Tribunal de Justiça

conforme aduzido pela sentença ora vergastada, sendo certo que, posteriormente, o MM. Magistrado sentenciante determinou que a secretaria da unidade judiciária procedesse ao desmembramento dos autos da execução coletiva, de maneira a agrupar os exequentes em número de dez, por cada feito, no intuito de otimizar o trâmite processual. Neste diapasão, observo que não se pode atribuir a inércia na marcha processual do feito executório aos embargados quando há determinação judicial para que se proceda ao desmembramento do feito coletivo, circunstância procedimental que demandou tempo para sua efetivação, haja vista que, na hipótese dos presentes autos, os exequentes lograram requerer, em tempo hábil, que a parte executada se manifestasse acerca dos valores relativos ao quantum debeatur, vale dizer, dentro do quinquênio contado a partir do trânsito em julgado da ação principal.

5. A liminar foi concedida em set/96, no entanto, os impetrantes executaram apenas os valores devidos relativos ao período de ago/97 a mar/98, portanto não pode o juízo a quo contemplar período anterior não requerido (out/96 a jul/97).

6. Apelação da UFRPE parcialmente provida.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 535/541).

A parte recorrente aponta violação aos arts. 463, I e 473 do CPC, 1º-E da Lei nº 9.494/97 e 6º do Decreto-Lei nº 4.657/42. Defende, em síntese, a preclusão do tema relativo aos critérios de cálculo do título exequendo.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Registre-se, de logo, que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 - relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016 - devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

Não há como dar curso à irresignação.

Com efeito, na data de hoje proferi decisão dando provimento ao recurso especial interposto pela **UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO** a fim de reconhecer sua ilegitimidade passiva *ad causam*, determinando, ainda, o retorno dos

Superior Tribunal de Justiça

autos ao Tribunal de origem para que seja fixada a verba honorária na forma do art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC.

Resta, assim, prejudicado o presente recurso.

Publique-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

